

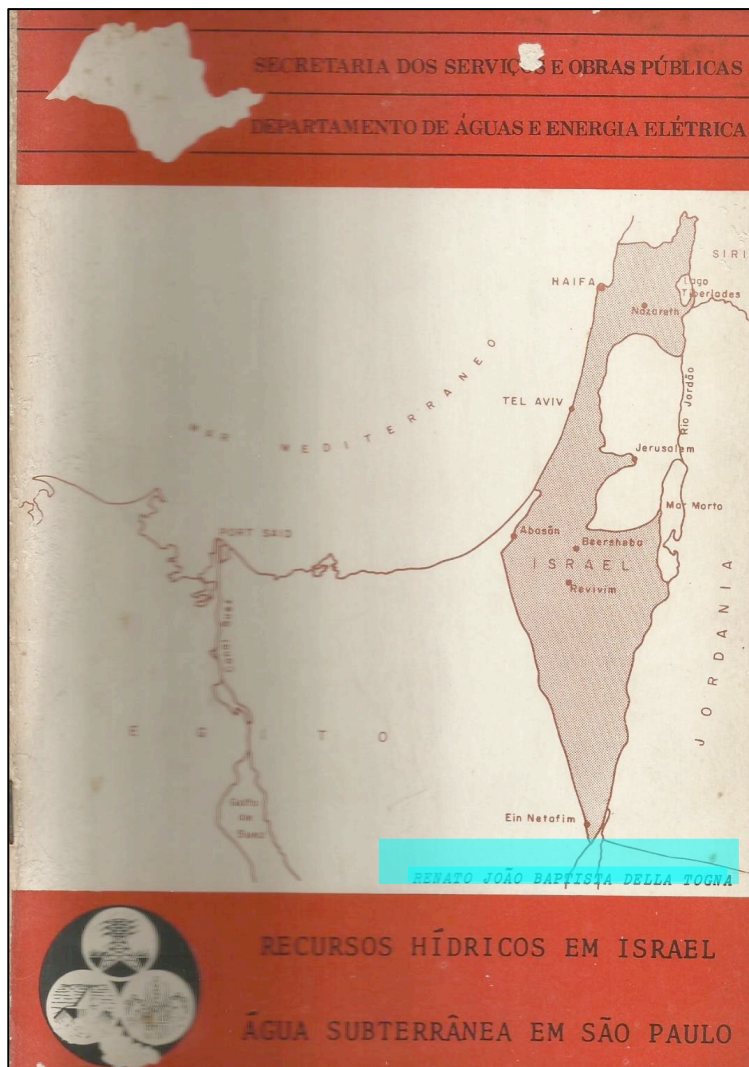


AS AÇÕES DA SP-ÁGUAS NA PROTEÇÃO E CONTROLE DO USO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS. MONITORAMENTO, OUTORGA DE DIREITOS DE USO E FISCALIZAÇÃO

José Eduardo Campos
Engenheiro-geólogo VI

- A SP-ÁGUAS (DAEE) e as águas subterrâneas – histórico
- Atuação – Outorga, fiscalização e monitoramento
- Agenda Regulatória

Primeiros passos – Estudos de Águas Subterrâneas (1972-1982)



SECRETARIA DOS SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Palestra proferida pelo Sr. Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica, Eng^o RENATO JOÃO BAPTISTA DELLA TOGNA, no dia 25 de maio de 1972 no Instituto de Engenharia.

-22-

2. - POSIÇÃO DO D.A.E.E.

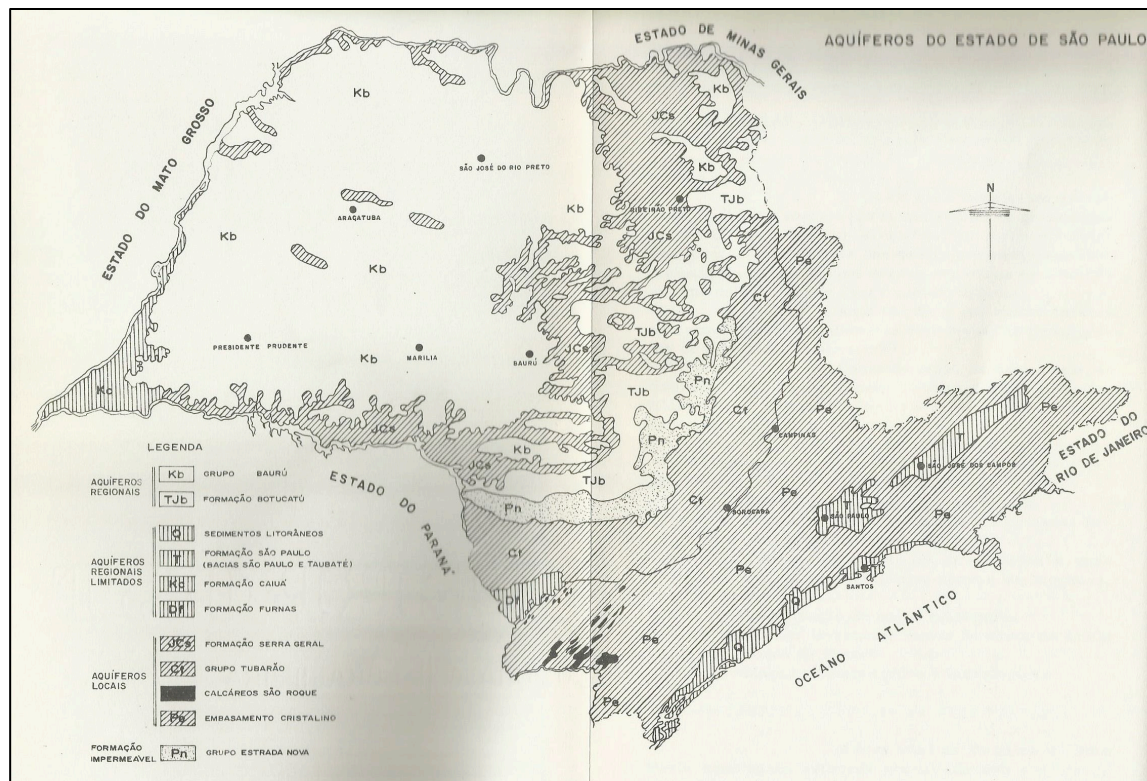
O Departamento de Águas e Energia Elétrica, consciente da gravidade da situação a que se poderá chegar se as futuras perfurações continuarem a ser executadas indiscriminadamente, resolveu proceder a um estudo completo dos aquíferos de todo o Estado.

O conhecimento dos lençóis subterrâneos dará elementos ao DAEE para agir como órgão planejador e controlador da utilização dos recursos hídricos, completando a ação já exercida sobre os mananciais superficiais.

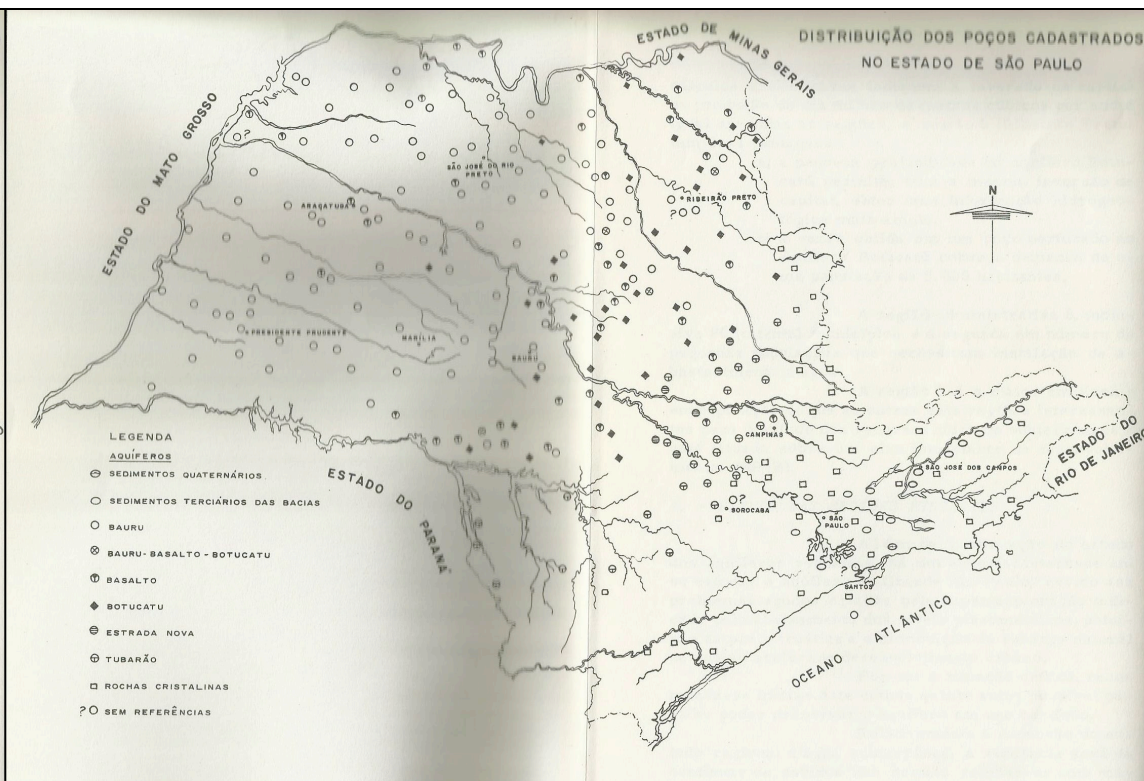
Essa ação, no que diz respeito às águas subterrâneas, deverá se exercer sob três aspectos distintos, porém interligados e orientados para o objetivo final que é a melhor e racional exploração dos aquíferos no Estado. São eles: cadastro, legislação e planejamento.

Primeiros passos – Estudos de Águas Subterrâneas (1972-1982)

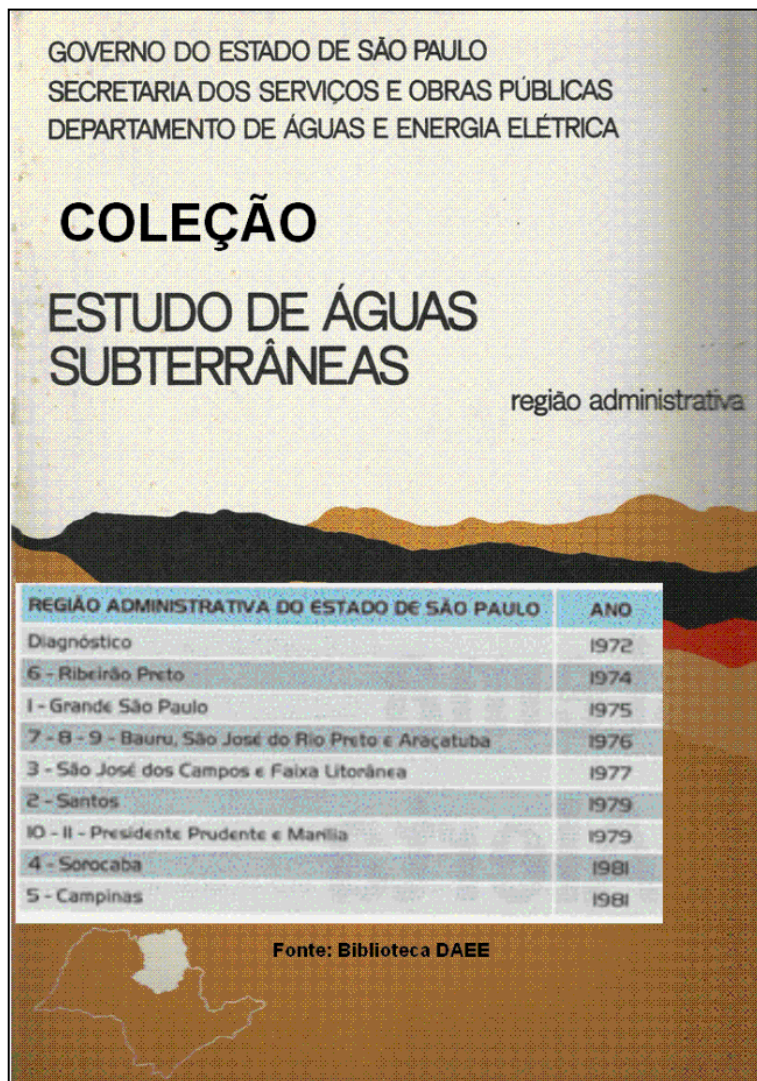
Aquíferos



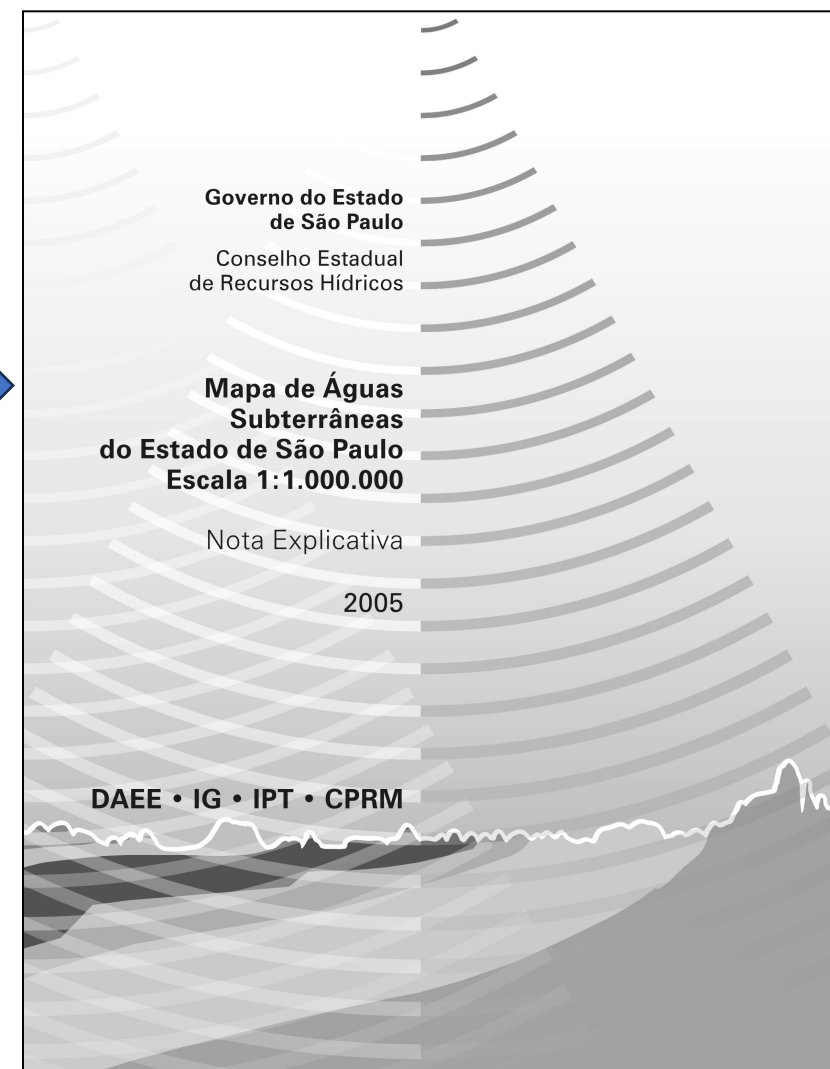
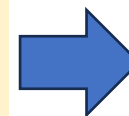
Poços cadastrados



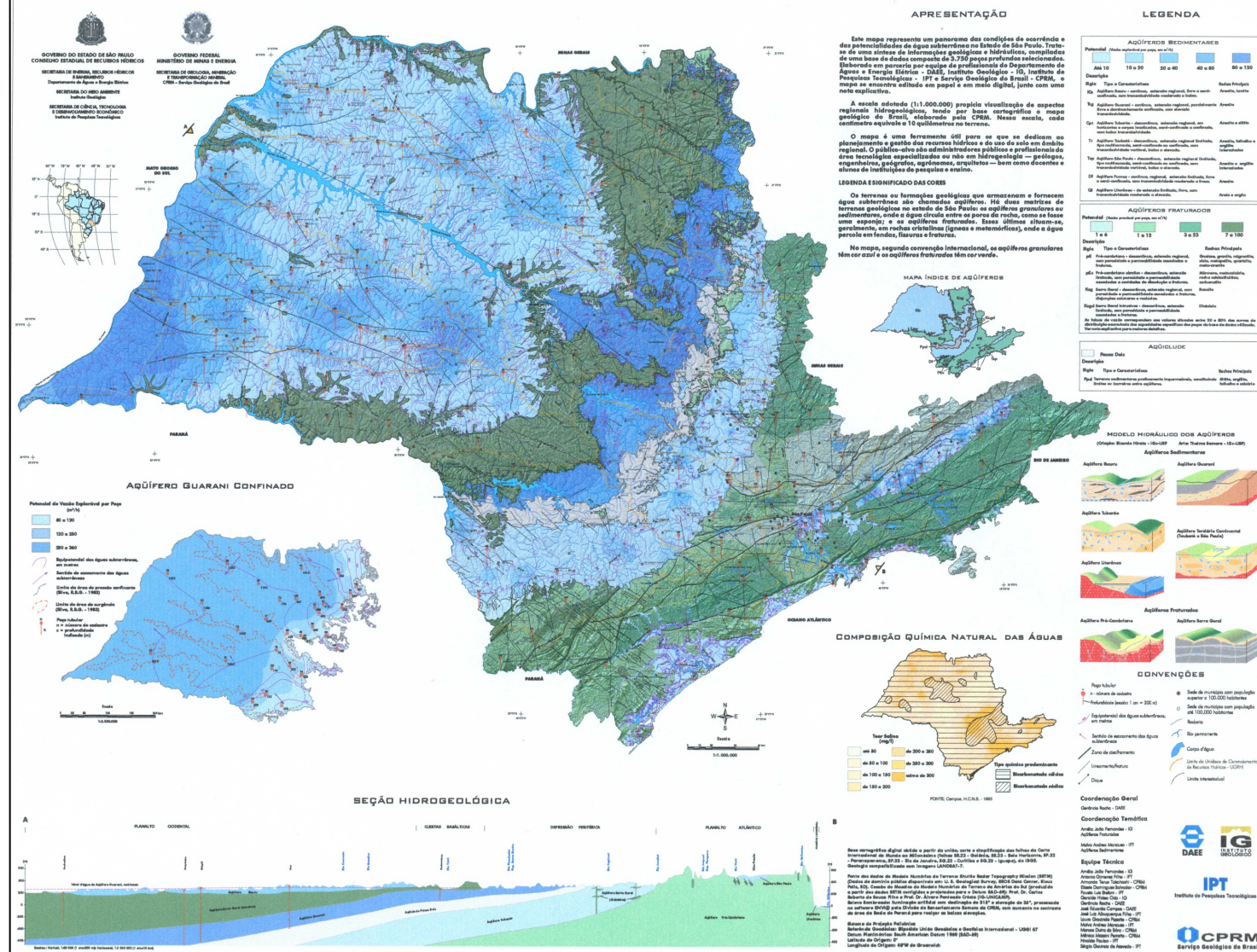
Primeiros passos – Estudos de Águas Subterrâneas . Síntese



O Projeto Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo constituiu, também, a principal referência de dados e informações para a elaboração do Mapa de Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo, publicado pelo DAEE, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IG) e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), em 2005

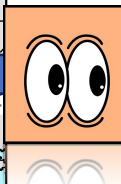
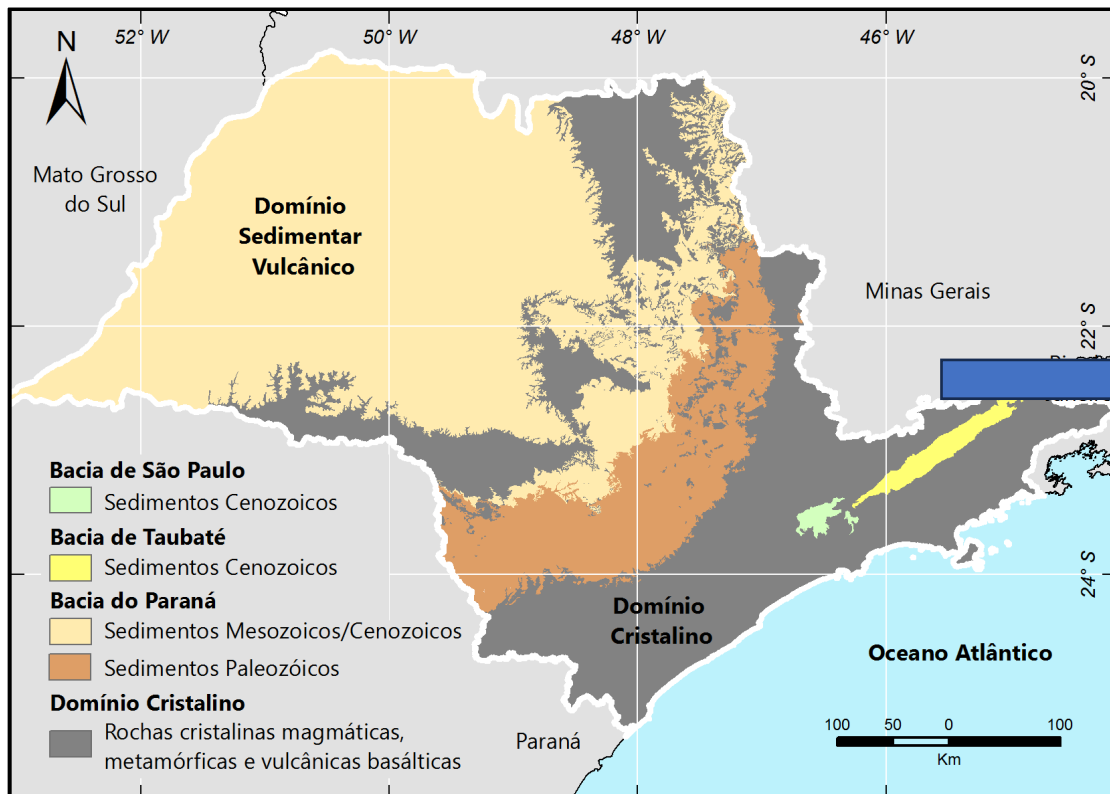


MAPA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

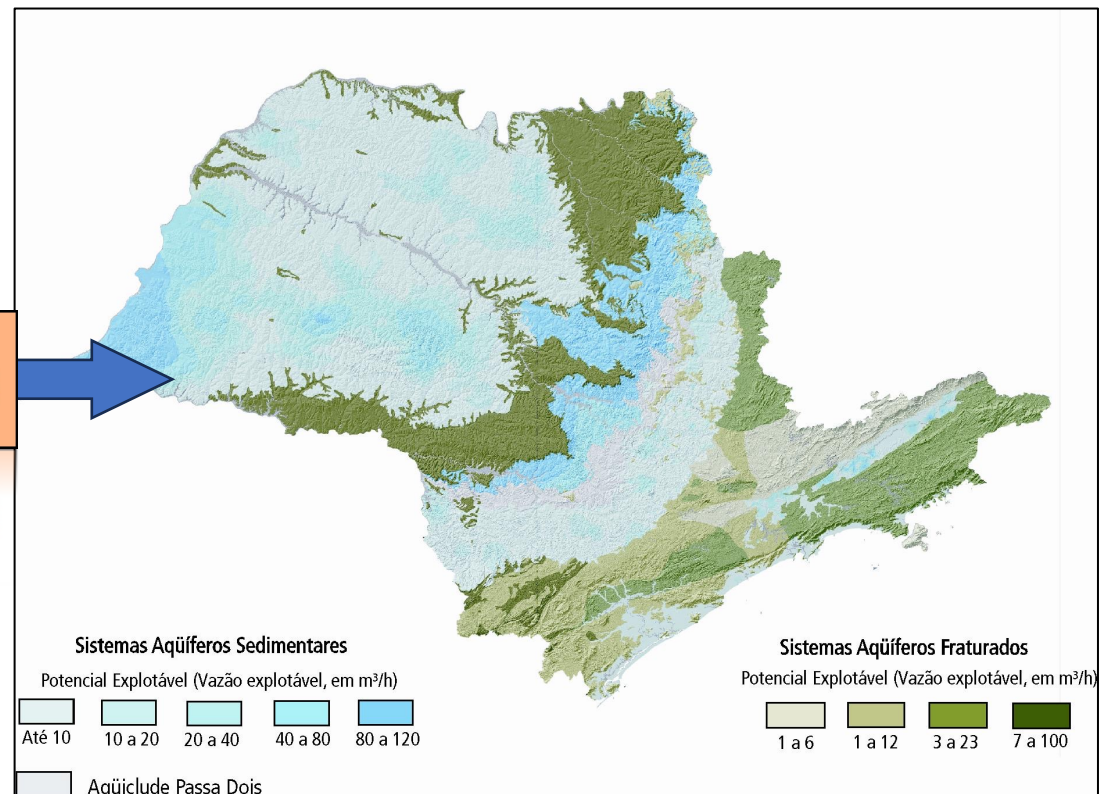


Primeiros passos – Estudos de Águas Subterrâneas . Síntese

Geologia



Águas Subterrâneas



Representa uma **leitura (olhar)** da geologia em águas subterrâneas.

É um instrumento para Órgãos gestores, CBH, empresas e profissionais atuantes na área de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente.

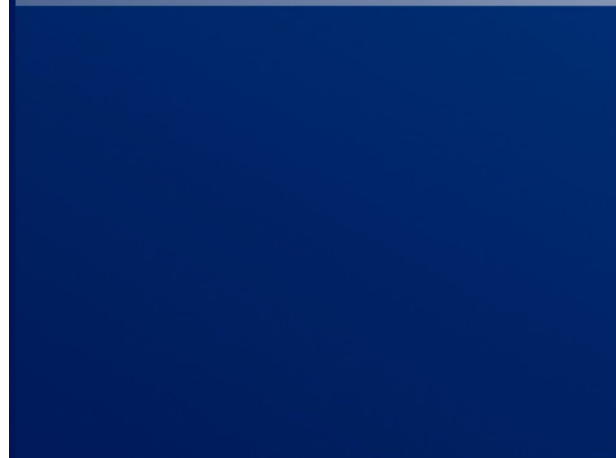
Tons de azul = Sistemas aquíferos sedimentares.

Tons de verde = Sistemas aquíferos cristalinos

Atuação – Outorga e Fiscalização



Sistema de Outorga Eletrônica instituído em 2018



**Bem vindo ao Portal
de Outorga Eletrônica**

SP ÁGUAS
AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

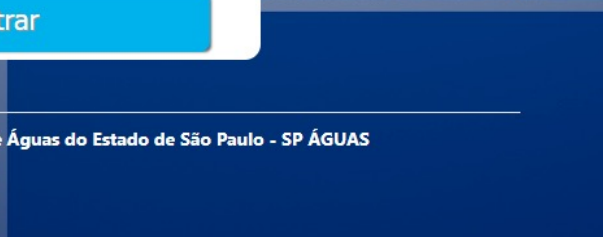
E-MAIL

SENHA

[Esqueci minha senha](#)

[Primeiro acesso? Cadastre sua conta de usuário](#)

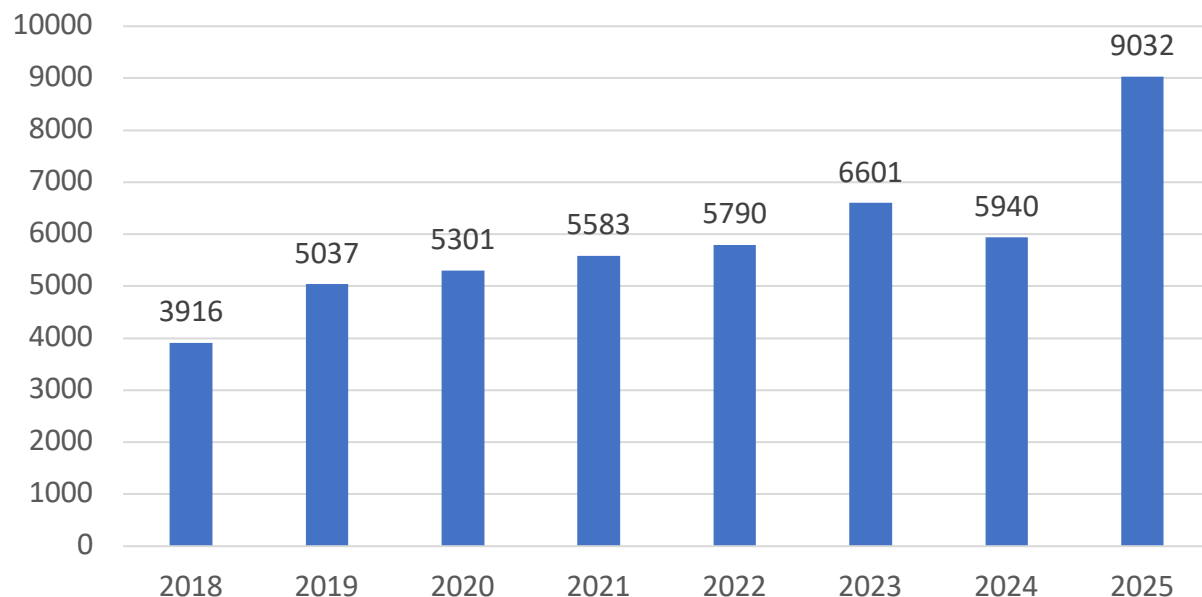
Entrar



Atuação – Outorga e Fiscalização

Outorga

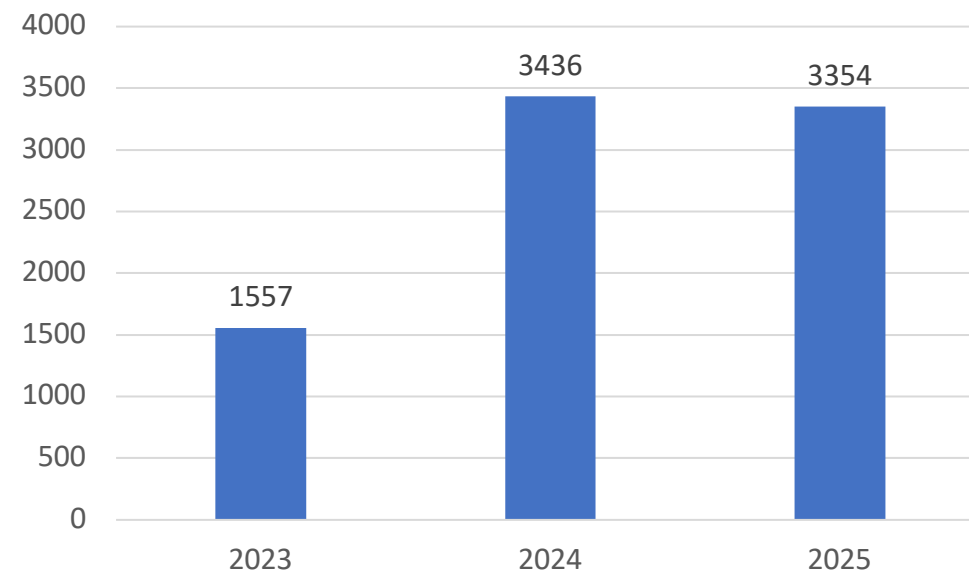
No Estado de São Paulo, a SP-ÁGUAS registra 47.200 poços outorgados e vigentes até outubro de 2025, incluindo novos, renovações e regularizações.



Poços outorgados, totais por período

Fiscalização

As atividades de fiscalização se intensificaram a partir de 2023



Poços fiscalizados, totais por período

Atuação – Monitoramento da demanda real

Portaria DAEE nº 5579, de 05/10/2018. Dispõe sobre procedimentos relativos à declaração periódica de medições de volumes relacionados a usos e interferências de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Portaria DAEE nº 6987, de 18/12/2018. Estabelece as condições e os procedimentos a serem adotados pelos usuários com relação à declaração da medição de dados hidrométricos de cada ponto de captação ou derivação e o envio desta informação ao DAEE, em tempo real.

Sistema para Declaração das Condições de uso de Captações – SiDeCC

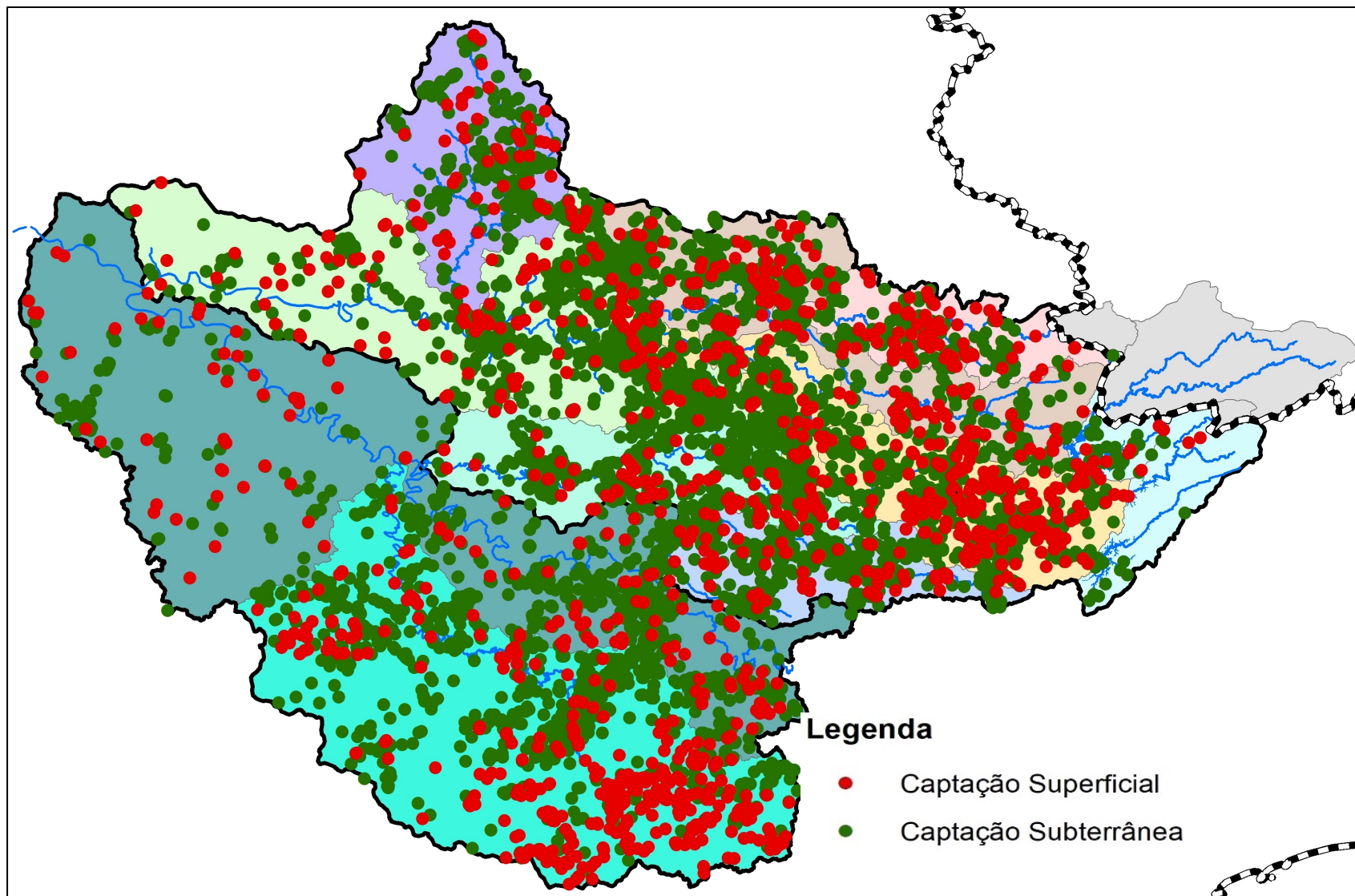
Usos Ativos SiDeCC	PCJ	SMT	Total*
Captação Superficial	848	544	1.392
Captação Subterrânea	4.785	1.616	6.401
TOTAL	5.633	2.160	7.793

Sistema Remoto de Declaração das Condições de Uso de Captações – SiDeCC-R (96 Usuários)

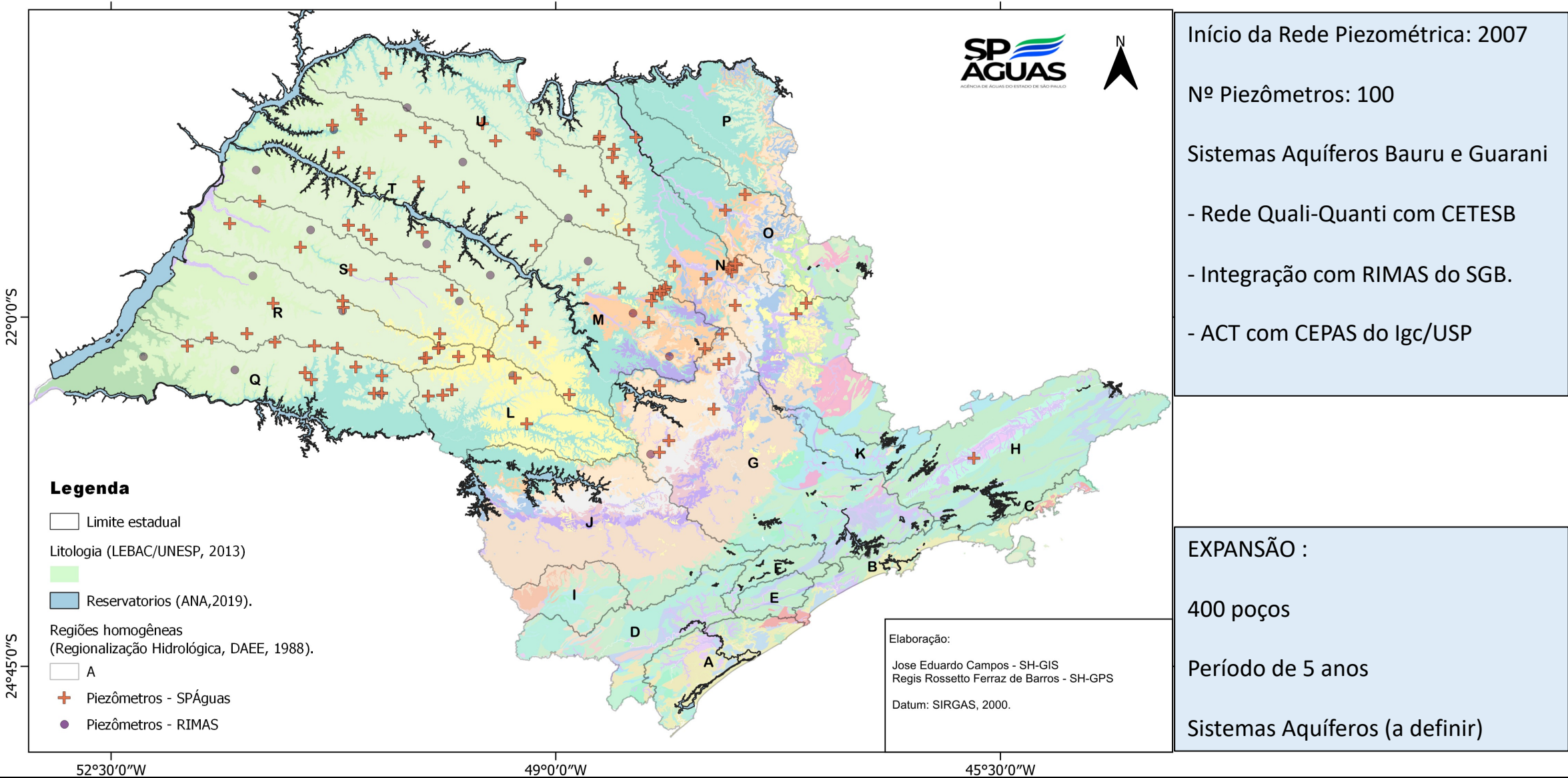
Usos SiDeCC-R	PCJ	SMT	Total*
Captação Superficial	82	25	107
Captação Subterrânea	33	58	91
TOTAL	115	83	198

*novembro de 2024.

Atuação – Monitoramento da demanda real SiDeCC




Atuação – Monitoramento de níveis



Atuação – Agenda Regulatória

A Lei Complementar Nº 1413 de 23/09/2024 transformou o DAEE em Agência de Águas do Estado de São Paulo. SP-ÁGUAS.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 25 de julho de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

DELIBERAÇÃO SP-ÁGUAS Nº 08, DE 23 DE JULHO DE 2025

Institui a Agenda Regulatória da Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS para o biênio 2025-2026.

Processo SEI nº 137.00006220/2025-68

O Conselho Diretor da Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS, na forma da Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, regulamentada pelo Decreto nº 69.339, de 4 de fevereiro de 2025,

Considerando que a Agenda Regulatória constitui instrumento de governança, promovendo a previsibilidade, a transparência e o planejamento das ações da SP-ÁGUAS, ao informar à sociedade os temas prioritários que serão objeto de atuação no âmbito da regulação de recursos hídricos;

Considerando que a proposta de Agenda Regulatória da SP-ÁGUAS foi submetida à Consulta Pública nº 02/2025, aberta entre 23/04/2025 e 23/05/2025, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024;

Considerando que, por meio da referida Consulta Pública, foram recebidas 43 (quarenta e três) contribuições, todas devidamente analisadas e respondidas no respectivo Relatório Consolidado disponível no site eletrônico da SP-ÁGUAS;

Considerando que o Relatório Consolidado e a Agenda Regulatória foram devidamente aprovados pelo Conselho Diretor da SP-ÁGUAS,

Delibera:

Artigo 1º- Instituir a Agenda Regulatória da SP-ÁGUAS para o biênio 2025-2026, anexa à presente Deliberação.

Artigo 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.


CAMILA ROCHA CUNHA VIANA

Diretora-Presidente

Este documento pode ser verificado pelo código 2025.07.24.11.32.11.203.1222928
em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade>

1/3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).



Anexo – Quadro de ações da Agenda Regulatória SP-ÁGUAS 2025-2026

AGENDA REGULATÓRIA SP-ÁGUAS 2025-2026			
Eixo Temático	Ações Regulatórias	Objetivo	Previsão de conclusão
1. Governança e Qualidade Regulatória	1.1. Desenvolvimento da metodologia e procedimentos para elaboração da Análise de Impacto Regulatório.	Estabelecer as diretrizes, a metodologia e os procedimentos para a elaboração da Análise de Impacto Regulatório, definindo os quesitos mínimos a serem avaliados, bem como os casos em que sua realização será obrigatória e aqueles em que poderá ser dispensada.	2º semestre de 2025
	2.1. Revisão e consolidação das portarias e das instruções técnicas relativas à outorga de uso de recursos hídricos e interferências.	Atualizar e simplificar as portarias e instruções técnicas relativas à outorga de uso e interferências em recursos hídricos, visando uma maior eficiência e clareza no processo de outorga, garantindo maior transparência, acessibilidade e alinhamento com as melhores práticas regulatórias.	1º semestre de 2026
	2.2. Revisão e consolidação das portarias e instruções técnicas relativas à fiscalização de usos e interferências em recursos hídricos e adequação das penalidades.	Atualizar as portarias e instruções técnicas de fiscalização dos usos e interferências em recursos hídricos, garantindo maior clareza normativa, eficiência na fiscalização e adequação das penalidades, com o intuito de fortalecer a gestão sustentável dos recursos hídricos.	2º semestre de 2026
	2.3. Estudos para a renovação da outorga e das condições de operação das reservatórios do Sistema Cantareira.	Realizar estudos técnicos para subsidiar a renovação da outorga e as regras operacionais do Sistema Cantareira para assegurar a segurança hídrica e equilibrar os interesses das regiões envolvidas, promovendo a gestão sustentável dos recursos hídricos disponíveis.	2º semestre de 2026
2. Outorga de uso e Interferências em Recursos Hídricos	2.4. Revisão das regras e condições de operação do Sistema Pedreiras-Tietê.	Revisar os procedimentos técnicos para o acionamento dos sistemas de bombeamento das águas do Rio Pedreira para o Reservatório Billings, visando o controle de cheias, incluindo o requerimento de dados e informações pela SP-ÁGUAS ao órgão responsável pela operação do sistema.	2º semestre de 2026
	2.5. Elaboração de plano para a ampliação do monitoramento dos usos dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.	Ampliar e aprimorar o monitoramento por meio do Sistema de Declarações das Condições de Uso da Caudal (SDeCC), visando à melhoria da gestão das informações declaradas pelos usuários de recursos hídricos, promovendo maior controle, padronização e eficácia no acompanhamento das condições de uso.	1º semestre de 2026
	3.1. Apoio ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) nas discussões sobre a implementação da cobrança pelo uso rural de água.	Subsidiar a tomada de decisão pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e pelo Comitê de Bacias Hidrográficas por meio de estudos, participação em reuniões e eventos técnicos com interlocutores do setor de recursos hídricos, visando a regulamentação da cobrança pelo uso rural da água, em conformidade com as diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) 2024-2027.	1º semestre de 2026
	4.1. Revisão do normativo e das instruções técnicas para elaboração de declaração que estabeleça diretrizes para a fiscalização e aplicação de penalidades relativas à segurança de barragens de usos múltiplos.	Estabelecer critérios e procedimentos para a fiscalização da segurança de barragens de usos múltiplos, com diretrizes padronizadas voltadas à prevenção de riscos, à garantia da integridade estrutural e à proteção da população e do meio ambiente.	1º semestre de 2026
4. Segurança de Barragens	4.2. Revisão do normativo que define os critérios técnicos de segurança para a Classificação de Barragens de Usos Múltiplos.	Estabelecer critérios para que a classificação das barragens esteja alinhada às especificidades do Estado de São Paulo, incluindo barramentos de pequeno volume.	2º semestre de 2026
	5.1. Elaboração de Protocolos Operacionais da SP-ÁGUAS para Eventos Hidrológicos Extremos.	Aprimorar o monitoramento e a comunicação em eventos hidrológicos extremos por meio da implementação dos protocolos da Sala de Situação São Paulo (SSSP) - São José do Rio Preto, visando à antecipação, monitoramento e mitigação dos efeitos da evasão, e o Protocolo de Chuvas Intensas, que visa ampliar a previsibilidade e orientar ações coordenadas de preparação e resposta a eventos críticos com potencial de provocar inundações urbanas e encostas.	2º semestre de 2025
5. Planejamento de Sustentabilidade de Recursos Hídricos	5.2. Mapeamento e monitoramento das águas subterrâneas por meio da identificação de áreas urbanas com alta dependência dos aquíferos para abastecimento público, com foco especial na porção oeste da Bacia Sedimentar do Paraná, abrangendo os Sistemas Aquíferos Bauru e Guarani. A iniciativa visa implantar sistemas de monitoramento contínuo das vazões exploradas e avaliar os impactos sobre as reservas hídricas, contribuindo para a sustentabilidade do uso e a segurança hídrica regional.	Fortalecer a governança sobre os usos das águas subterrâneas por meio da identificação de áreas urbanas com alta dependência dos aquíferos para abastecimento público, com foco especial na porção oeste da Bacia Sedimentar do Paraná, abrangendo os Sistemas Aquíferos Bauru e Guarani. A iniciativa visa implantar sistemas de monitoramento contínuo das vazões exploradas e avaliar os impactos sobre as reservas hídricas, contribuindo para a sustentabilidade do uso e a segurança hídrica regional.	2º semestre de 2026
	6.1. Estruturação da Sala de Situação São Paulo - SSSP e Ampliação da Rede de Monitoramento.	Estruturar a SSSP de forma a consolidar as informações do monitoramento hídrico do todo o território estadual, promovendo a coordenação das Salas Regionais, a ampliação da rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, em articulação com a CETESB, e a integração da gestão das informações para subsidiar a tomada de decisão, o planejamento e a resposta a eventos críticos.	1º semestre de 2026

(publicado novamente por ter saído incorreções)

Águas Subterrâneas

5.2. Mapeamento e monitoramento das águas subterrâneas no Estado de São Paulo, identificando áreas de maior disponibilidade e vulnerabilidade hídrica.

Fortalecer a governança sobre os usos das águas subterrâneas por meio da identificação de áreas urbanas com **alta dependência dos aquíferos** para abastecimento público, com foco especial na porção oeste da Bacia Sedimentar do Paraná, abrangendo os Sistemas Aquíferos **Bauru e Guarani**. A iniciativa visa implantar sistemas de **monitoramento contínuo** das vazões explotadas e avaliar os impactos sobre as reservas hídricas, contribuindo para a **sustentabilidade** do uso e a **segurança hídrica** regional.

2º semestre de 2026

Sidec + ACT com municípios

6.1. Estruturação da Sala de Situação São Paulo – SSSP e Ampliação da Rede de Monitoramento.

Estruturar a SSSP de forma a consolidar as informações do monitoramento hídrico de todo o território estadual, promovendo a coordenação das Salas Regionais, a **ampliação da rede** de monitoramento de águas superficiais e **subterrâneas**, em articulação com a CETESB, e a integração da gestão das informações para subsidiar a tomada de decisão, o planejamento e a resposta a eventos críticos.

1º semestre de 2026

Monitoramento de níveis.

- Rede Quali-Quant (CETESB)
- Pesquisas (CEPAS/USP)

Atuação – Protocolo de Escassez Hídrica



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 24 de setembro de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

DELIBERAÇÃO SP-ÁGUAS Nº 10, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

DELIBERAÇÃO SP-ÁGUAS Nº 10, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Estabelece **Experimento Regulatório** para implementação do Protocolo de Escassez Hídrica no âmbito das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo

Medidas de Contingência

Artigo 10 - Em cada estágio de DISPONIBILIDADE HÍDRICA poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I - Estágio 0 – Situação de Normalidade;
- II - Estágio 1 – Situação de Atenção;
- III - Estágio 2 – Situação de Alerta;
- IV - **Estágio 3 – Situação Crítica;**
- V – Estágio 4 – Situação de Emergência

IV - Estágio 3 – Situação Crítica:

e) **suspensão** da emissão de novas OUTORGAS de captação subterrânea realizadas por **poços escavados** (cacimbas e cisternas) e para **poços tubulares com até 30 metros de profundidade**, quando localizados a **menos de 200 metros de corpos hídricos**, para USOS NÃO PRIORITÁRIOS;

g) **adequação** de OUTORGAS de captação subterrânea para USOS NÃO PRIORITÁRIOS realizadas por poços escavados (cacimbas e cisternas) e para poços tubulares com até 30 metros de profundidade, quando localizados a menos de 200 metros de corpos hídricos, através da definição de limite máximo de captação temporário que seja abaixo da vazão outorgada;

V - Estágio 4 – Situação de Emergência:

- a) todas do Estágio 3 – Situação Crítica;
- b) adequação de vazão de OUTORGAS emitidas para captação superficial para o abastecimento público, inclusive com redução de vazões outorgadas.

OBRIGADO



Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS